

Promontório de Sagres – Marca do Património Europeu. O património associado à escravatura em Lagos

Sagres Promontory – European Heritage Label. The slavery heritage in Lagos

Maria Raquel Patrício Roxo

Universidade do Algarve
mroxo@cualg.gov.pt

Alexandra Rodrigues Gonçalves

Universidade do Algarve & CinTURS
marodrig@ualg.pt

Resumo

Partindo das problemáticas associadas ao projeto Marca do Património Europeu, percorremos as *geografias imaginativas* de Edward Said, procurando uma nova abordagem epistemológica na forma de encarar os lugares, os territórios e as paisagens. Neste contexto, vemos como a paisagem patrimonial do Promontório de Sagres, nomeadamente a que diz respeito à cidade de Lagos, detém um papel fundamental para a descolonização epistemológica, desde logo, através da valorização do património associado à escravatura ali existente, que nos pode auxiliar neste processo. Observamos ainda como o conceito de pós-memória pode ajudar a desconstruir as *geografias imaginativas* e criar *geografias imaginárias*, mais humanas, que nos libertam do mito da objetividade da criação de conhecimento. Mais do que um Roteiro da escravatura, propomos dar os primeiros passos no processo de descolonização mental e epistemológica.

Palavras-chave: Promontório de Sagres; marca do Património Europeu; Lagos, *geografias imaginativas*; descolonização; escravatura; pós-memória.

Abstract

Starting from the issues associated with the European Heritage Label, we go through Edwards Said's *Imaginative Geographies*, looking for a new epistemological approach in the way of looking at places, territories and landscapes. In this context, we can see how the *heritagescape* of Sagres Promontory, with particular regard to the town of Lagos, plays a fundamental role in the epistemological decolonization, first of all through the emphasis given to the heritage associated with slavery there, which can help us in this process. We also observe how the concept of post-memory can help us to deconstruct the *imaginative geographies* and create more human *imaginary geographies*, that liberate us from the myth of objectivity of knowledge creation. More than a Slavery Route we propose to take the first steps in the process of mental and epistemological decolonization.

Keywords: Sagres Promontory; European Heritage label; Lagos; *imaginative geographies*; decolonization; slavery; post-memory.

1. Introdução

Este estudo tem como ponto de partida a dissertação “Promontório de Sagres – Marca do Património Europeu. Narrativas patrimoniais” (Roxo, 2021),¹ que teve como principal objetivo explorar e problematizar as práticas discursivas associadas ao Promontório de Sagres e refletir sobre os desafios e potencialidades que esta paisagem patrimonial detém enquanto Marca do Património Europeu. O estudo incentiva à integração de novas abordagens epistemológicas de criação patrimonial, por um lado, dando luz ao que tem estado na escuridão e, por outro lado, considerando a existência de uma pluralidade ontológica que não tem sido considerada.

O Promontório de Sagres, enquanto Marca do Património Europeu, constitui aqui um ponto de partida, a partir do qual serão exploradas algumas formas de aproximação ao tema do património associado à escravatura, recentemente descoberto em Lagos.

A análise será sustentada em alguns conceitos, noções e problemáticas apresentadas ao longo do artigo, como o conceito de *geografias imaginativas* que será colocado em diálogo com a noção de paisagem patrimonial. Mas também as relações entre História, Memória e Poder serão abordadas, dando especial destaque, pela pertinência que tem neste contexto, ao conceito de Pós-memória. Não se pretende efetuar uma reflexão aprofundada sobre cada uma destas dimensões teóricas, que são analisadas apenas na medida do que poderão auxiliar à reflexão, à reavaliação e a uma recontextualização da importância do legado patrimonial em análise, para a Memória da Humanidade, e para a valorização da paisagem cultural de Lagos, sendo este o principal objetivo deste artigo.

Trata-se de um estudo de caso, de método interpretativo, através da análise e contextualização de alguns conceitos teóricos que se consideraram pertinentes para o tema em análise. Recorreu-se essencialmente a fontes secundárias, mas também a fontes primárias e a autores de referência no campo dos estudos pós-coloniais - nomeadamente os pioneiros Edward Said e Gayatri C. Spivak - mas também a outros autores mais recentes, como António Pinto Ribeiro e António Sousa Ribeiro e, ainda, a outros no campo dos estudos críticos de património, como Rodney Harrison e Françoise Choay.

Como perguntas de partida para a investigação a prosseguir determinaram-se: Como aplicar o conceito de *geografias imaginativas* em torno da paisagem patrimonial de Lagos? Em que medida o conceito de pós-memória é neste contexto pertinente para a valorização da memória associada à escravatura?

Este texto pretende também constituir um contributo no processo de desconstrução patrimonial, de descolonização mental e epistemológica e de criação de novas narrativas patrimoniais.

2. O Promontório de Sagres e a marca do património europeu

Partindo de uma candidatura submetida pela DRCALG – Direção Regional de Cultura do Algarve, o Promontório de Sagres foi distinguido em 2015 com a Marca do Património Europeu (MPE).² Importa referir que a expressão Promontório de Sagres diz respeito ao promontório onde se

¹ Disponível em: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/17449/2/Tese_Raquel%20Roxo_FINALREV.pdf

² Decisão n.º 1194/2011/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011 que cria uma ação da União Europeia relativa à Marca do Património Europeu: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011D1194>

integra a Fortaleza de Sagres, ou seja, ao Cabo de Sagres. O projeto MPE tem como objetivo promover um sentimento de pertença à União Europeia, através do seu património cultural, da sua história e de um conjunto de valores associados aos direitos humanos³ e, por outro lado, reforçar o diálogo intercultural. Podemos consultar a rede de 60 sítios distinguidos, até ao momento, através do mapa interativo: <https://geo.osnabrueck.de/ehl/PT/map>

No estudo atrás mencionado (Roxo, 2021), foi possível verificar como a Marca do Património Europeu apresenta um risco de se tornar um projeto eurocêntrico, enquanto rede de sítios que fortalece as “fronteiras europeias” e a linha abissal⁴ entre o Norte e o Sul Global, se integrado numa perspetiva eurocêntrica e ocidental de olhar e interpretar a História e o Património. Mas há ainda que destacar a evidente pluralidade patrimonial deste projeto e, além disso, faz sentido, para a análise que se pretende efetuar, lembrar que esta rede de sítios integra também alguns lugares de memória, associados aos períodos mais negros da História, particularmente a do século XX.⁵

No caso do Promontório de Sagres, a candidatura deu destaque ao período associado ao início da expansão marítima portuguesa impulsionada pelo Infante D. Henrique, e à Fortaleza de Sagres, mas também à paisagem cultural associada a este território, que integra vários bens patrimoniais de relevância europeia. Desde logo, o património associado ao megalitismo, de grande importância em contexto europeu; o culto vicentino e a memória associada à desaparecida Igreja do Corvo, um importante centro de peregrinação, entre os séculos VIII e XII; a Ermida de Nossa Sr.^a de Guadalupe - designada também como a “Virgem dos Descobrimentos”, que dá luz à dimensão religiosa da expansão portuguesa; o conjunto de fortificações que funcionavam em rede com a Fortaleza de Sagres; o património subaquático existente nesta região, como é exemplo os vestígios do navio *I’Océan*; e ainda Lagos, no contexto das primeiras viagens de exploração da costa africana e lugar que detém um importante património associado à escravatura (Gonçalves et al., 2019: 148-149).

3. Lagos e o património associado à escravatura

Desde há muito vista como a *cidade dos Descobrimentos*, Lagos é considerada o primeiro “cais de partida”, de onde saíram as primeiras embarcações na exploração da costa africana. Constitui também o primeiro cais de chegada de um grupo bastante considerável de negros africanos para serem escravizados.

Ao amanhecer do dia 8 de agosto de 1444 dá-se na Vila de Lagos o 1.º desembarque de 235 africanos escravizados. Os cativos foram separados em cinco grupos, sendo um deles composto por 46 escravos, lote logo reservado para o Infante D. Henrique, que a tudo assistia e

³ Tais como: liberdade, respeito pelos direitos humanos, diversidade cultural e linguística, democracia, solidariedade e tolerância.

⁴ Linha abissal é um conceito central na teoria das “Epistemologias do Sul” proposto por Boaventura de Sousa Santos, para se referir à existência de uma divisão profunda e radical entre realidades sociais distintas, que separa uns de outros, que são considerados irrelevantes e até invisíveis, não apenas do ponto de vista da justiça social, mas também do ponto de vista da justiça cognitiva (epistemológica). O autor argumenta que as “linhas “cartográficas” abissais que demarcam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo” (Santos, 2007: 71).

⁵ Temos, como exemplos, os campos de concentração de Natzweiler (França e Alemanha), o campo de trânsito de Westerbork (Holanda) ou o Cemitério n.º 123 da Frente Oriental da I Guerra Mundial (Łuźna – Pustki, Polónia).

supervisionava, em cima do seu “poderoso cavalo”. Este acontecimento é descrito em 1453 na *Crónica da Conquista dos Feitos da Guiné*, pelo cronista Gomes Eanes de Zurara, de forma bastante detalhada:

[...] Uns tinham as caras baixas e os rostos lavados em lágrimas, outros estavam gemendo dolorosamente, [...] outros faziam as suas lamentações em maneira de canto [...]. Mas, para a sua dor ser mais acrescentada, chegaram os que estavam encarregados da partilha e começaram a separá-los uns dos outros, a fim de fazerem lotes iguais. Por isso havia necessidade de se separarem os filhos dos pais, as mulheres dos maridos e os irmãos uns dos outros [...]. As mães apertavam os filhos nos braços para não lhes serem tirados [...]. (Zurara [1453], 1841: 133-134).

Este episódio retrata o início de um período trágico da história da Humanidade, o início de “um processo comercial e desumano em grande escala, com consequências duradouras nas economias ibéricas, nas sociedades africanas e no futuro das nações do continente africano” (Manteigas, 2015: 2).

Existe ainda a referência na *Crónica* de Gomes Eanes de Zurara, da oferta, por parte de Lançarote e de outros armadores, de um escravo capturado em Arguim, para o convento do Cabo de São Vicente, que “depois foi frade de São Francisco”. Estas dádivas deveriam até ser frequentes, pois o cronista volta a mencionar uma dádiva idêntica, no ano seguinte, em 1445 (Zurara, 1453, citado por Garcia, 2004: 40). O cronista ainda nos relata que “Dos outros mouros que filharam em Tider, enviaram Lançarote e os outros capitães, a S. Vicente do Cabo, um mouro, e a Santa Maria de Água da Lupe, uma ermida que está naquele termo de Lagos, outro, para se vender e do preço comprarem ornamentos para aquela igreja” (Zurara, 1453, citado por Pereira, 2005: 154).

Sabemos que, sem dúvida, o tráfico mais lucrativo seria o de pessoas escravizadas. Até ao ano de 1448 foram trazidos da costa africana mais de um milhar de escravos. É lançada ainda a hipótese de que existia em Lagos uma Almoxarifado dos Escravos (Loureiro, 2008: 60-63). Em 1463, poucos anos após o falecimento do Infante, a Casa de Arguim e Guiné foi transferida do Algarve para Lisboa, tendo vindo a instalar-se no edifício da Casa de Ceuta (Caldeira, 2016: 73).

Aos testemunhos do cronista Gomes Eanes de Zurara, que descreve o primeiro grande desembarque e leilão de africanos escravizados, no porto de Lagos, juntam-se as evidências arqueológicas da recente descoberta de um “poço dos negros”.

4. A descoberta da “lixreira” do Vale da Gafaria

No ano de 2009, em Lagos, no decorrer de uma obra para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo fora de muralhas, junto à zona da Cerca Nova, foram encontrados esqueletos de 158 pessoas, que as investigações arqueológicas e antropológicas identificaram como sendo de escravos africanos. Tratou-se da descoberta do mais antigo “cemitério” - ou melhor dizendo, de uma lixeira, ou lugar de descarte - de corpos africanos, descoberto em solo europeu, representando por isso um achado patrimonial único. Após identificação das ossadas, estas foram enviadas para a Universidade de Coimbra, para serem estudadas. Atualmente a coleção de ossadas, com datação por radiocarbono dos séculos XV-XVI, encontra-se a cargo da Dryas Arqueologia, Lda., empresa situada em Coimbra (Coelho, 2012: xi).

A proposta apresentada em 2012, pela então presidente do Comité Português do Projeto UNESCO *A Rota do Escravo*, a historiadora Isabel Castro Henriques, para a museologia deste

importante legado patrimonial (descoberto em Lagos) assentava em três núcleos: o núcleo da escravatura no edifício conhecido como “Mercado dos escravos” (Figura 1),⁶ a criação de um Memorial e de um Centro Interpretativo, na zona onde foram identificados os esqueletos e ainda a criação de um Centro de Documentação. A única proposta que efetivamente foi concretizada, desde então, foi a criação do Núcleo museológico *Rota da escravatura*, inaugurado em 2016.

Figura 1. “Mercado dos Escravos” na Praça do Infante, Lagos



Fonte: Arquivo pessoal da autora (Maria Raquel Roxo).

No entanto, apesar de se reconhecer o mérito na criação deste núcleo museológico, o 1.º deste género em Portugal, pela tentativa de “dar a conhecer a ligação de Lagos ao comércio de escravos aqui existente no século XV, oferecendo uma nova perspetiva sobre este período negro da História de Portugal”⁷ e ainda de “estabelecer uma relação entre a realidade escravagista do início do capitalismo no século XV e aquilo que hoje é também uma outra forma de escravatura do mundo contemporâneo e que está bem presente com a chegada de levas de migrantes africanos” (Morán, 2017: 216), este pequeno museu tem sido criticado “pela falta de uma leitura ampla, reforçando a instrumentalização da escravidão, em lugar de a questionar. Numa abordagem que reforça a ideia de Portugal como país global, e que esconde a subjetividade das pessoas escravizadas, corre-se o risco de fazer um uso meramente turístico do património sensível” (Gianolla, 2022: 93).

Na mesma linha, Paula Mota Santos conclui que apesar da exposição tentar abordar a questão da escravatura e o papel de Portugal neste comércio, não o consegue fazer na sua totalidade, pois utiliza mecanismos e diapositivos que continuam a omitir a ligação direta de Portugal, e persiste na reciclagem do lusotropicalismo, através da ideia de Lusofonia. O tráfico humano e o sistema colonial surgem integrados na primeira fase da globalização e do “encontro de culturas”, sem nunca se referir o papel pioneiro e preponderante de Portugal no tráfico de seres humanos (Santos, 2020: 56).

⁶ Importa mencionar que “Mercado de Escravos” constitui uma “anacrónica designação consagrada por uma tradição que remonta somente ao século XIX” (Morán, 2017: 214). Trata-se de um edifício construído no século XVII para albergar a Vedoria, tendo sido mais tarde utilizado como Alfândega.

⁷ <https://museu.cm-lagos.pt/polos/rota-da-escravatura/>

Vemos que, passados cerca de quinze anos, após a descoberta destes vestígios patrimoniais, nada, ou quase nada, existe naquele local, que identifique que ali mesmo, junto às muralhas da cidade, atualmente uma zona de lazer, existiu uma lixeira, que foi local de descarte de mais de uma centena e meia de corpos africanos escravizados. Nada, para além de uma pequena placa de sinalética informativa, com um *lettering* extremamente reduzido, que é relativa às ruínas da Gafaria (Figura 2), fazendo uma referência sumária aos esqueletos encontrados na zona de “lixreira”. O que vemos é um parque de estacionamento subterrâneo e um minigolfe com umas esculturas que nada nos contam sobre a memória de Lagos.

Figura 2. Ruínas do Vale da Gafaria e sinalética



Fonte: Arquivo pessoal da autora (Maria Raquel Roxo).

De acordo com Isabel Castro Henriques, a proposta apresentada pelo comité enfrentou vários obstáculos relacionados com a dificuldade da descolonização do imaginário português e a desconstrução dos mitos criados no século XIX e XX, tendo a Câmara Municipal de Lagos argumentado que já estaria prevista a concessão do espaço, do Anel Verde, onde foram encontrados os esqueletos, para a construção de um mini golf.⁸

Por sua vez, “a identificação deste cemitério constitui um achado inédito em Portugal, com paralelo mais direto no Brasil, mais propriamente no Rio de Janeiro, onde [...] foi identificado [...] o cemitério dos pretos novos, destinado essencialmente ao enterro (ou até à mera deposição à superfície) de escravos recém-chegados ao Brasil” (Neves et al., 2009: 557-558). Gostaríamos de realçar que este cemitério, integrado no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro foi elevado a Património Mundial da UNESCO, em 2017 (Gianolla, 2022: 93). Assim, os vestígios do primeiro grande grupo de africanos escravizados em solo europeu, associados à génese das descobertas marítimas portuguesas, continuam deixados ao esquecimento.

Para melhor se poder refletir sobre a importância deste legado patrimonial e sobre a melhor forma de preservar esta memória, importa de seguida fazer um enquadramento teórico para

⁸ Informação prestada por Isabel Castro Henriques, na apresentação integrada no Seminário “A memória social do tráfico de escravos” realizado no dia 9 de janeiro de 2023, no Museu Nacional de História Natural, de Lisboa.

melhor definição de alguns conceitos que se consideraram pertinentes para uma abordagem mais sustentada.

5. O património como fenómeno global

Françoise Choay caracterizava o património como sendo “nómada”, no sentido em que não está no mesmo lugar, pois é moldado, transformado, permanentemente construído e reconstruído pelas leituras, mentalidades, narrativas e valores de cada sociedade, considerando o lugar e a sua temporalidade (Choay, 2020: 11).

Esta mudança epistemológica evidencia também o património como um instrumento privilegiado para a criação de identidades e, ainda, para potenciar o desenvolvimento de turismo cultural. Como este processo passou também a acontecer a uma escala global, o património encontra-se muitas vezes, na intersecção de diferentes arenas, ao nível local, nacional e internacional (Gillot *et al.*, 2013: 5-6), onde se observam vários desafios, nomeadamente os relacionados com o património contestado.

Vemos ainda que Património é, na sua natureza contemporânea, uma arena de contestação e de negociação, e neste contexto, torna-se importante avaliar como o património é recebido, integrando a ideia de “filiação invertida”, proposta por Jean Davallon; em que o património não deve ser observado como algo de construído no passado, mas como algo que diz respeito ao momento presente (Davallon, 2000, citado por Gillot *et al.*, 2013: 4).

Por sua vez, Rodney Harrison (2013), na leitura de Roxo, “defende uma visão sobre o património, que claramente ultrapassa as habituais fronteiras mentais, do natural/cultural, ocidental/ não ocidental, mente/corpo, pensamento/ prática, tangível e intangível” associadas ao pensamento ocidental cartesiano (Roxo, 2021: 25 -26).

Note-se que o património passou a ser “um processo que se torna complexo e potencialmente conflituoso quando, por exemplo, decorre da entrada de novos grupos no coletivo com soberania sobre os bens, pois conduz à atribuição de novos valores, à recalibragem dos existentes e, por vezes, ao seu questionamento” (Jerónimo & Rossa, 2021: 6).

6. Paisagem patrimonial ou *heritagescape*

Para a investigação desenvolvida em torno do Promontório de Sagres e da Marca do Património Europeu o conceito de paisagem patrimonial (*heritagescape*) teve alguma pertinência (Roxo, 2021), que importa também aqui explorar: “The contemporary heritage-scape(s) could be considered as the product of the encounter between Western paradigms and alternative models of relating to the past, and of producing and promoting cultural symbols and identity references.”⁹ (Gillot *et al.*, 2013: 6).

Optámos por transcrever a definição de *heritage-scape*, no seu original, em língua inglesa, pela importância do sufixo *scape*, aqui emprestado por Arjun Appadurai, no sentido de “fluxo cultural global”. Neste sentido dá-se destaque aos fluxos culturais que apesar de estarem enraizados na metanarrativa do Iluminismo, viajaram por outras zonas do mundo e foram perdendo a sua coerência interna (Appadurai, citado por Gillot *et al.*, 2013: 6).

⁹ As paisagens patrimoniais contemporâneas podem ser consideradas como o produto do encontro entre os paradigmas ocidentais e os modelos alternativos de nos relacionarmos com o passado, de produção e promoção de símbolos culturais e referências identitárias. (Tradução nossa).

Para M. A. Giovine a paisagem patrimonial é “um conceito teórico idiossincrático destinado a descrever um modelo particular e utópico da ordem geopolítica” e que põe a “ênfase na interconectividade de lugares, práticas e atores chave aparentemente díspares, nos níveis local e internacional” (Giovine, 2018: 20).

A paisagem patrimonial pode ser definida como uma rede de sítios, que se encontra em permanente movimento e que integra uma grande interconetividade entre si e que podem ainda apresentar “uma maior representatividade de valores, objetos e práticas, fora da esfera do mundo ocidental e ainda de novos conceitos antropológicos, como a coexistência do homem com a terra, a coexistência cultural ou a coexistência espiritual e criativa. Isto leva-nos a colocar em perspetiva como é o património entendido e interpretado, pois este conceito - *Heritagescape* - leva-nos o olhar para além do elemento patrimonial”, de acordo com Rana Singh (2010, citado por Roxo, 2021: 34).

De seguida, iremos refletir sobre a forma como a paisagem patrimonial se pode entrecruzar com o conceito de *geografias imaginativas* de Edward Said, apresentado na sua obra “Orientalismo” (1978).

7. As geografias imaginativas

O conceito de *geografias imaginativas*, criado por Edward Said, é central nos estudos pós-coloniais e na geopolítica. Este conceito permite atingir uma maior amplitude na abordagem epistemológica. Para Said, todos os grandes acontecimentos são historizados e contextualizados no tempo e no espaço, e as ideias universais são parte de um discurso hegemónico de exclusão que as *geografias imaginativas* promovem, e que são extremamente importantes pelo papel que têm enquanto construtoras da realidade social e da História Social do Mundo (Al-Mahfedi, 2011: 2).

Edward Said atribui um papel fundamental à cultura na orientação de mapas geográficos e sublinha o enorme impacto do Imperialismo Europeu do século XIX e XX, nos dias de hoje. As *geografias imaginativas* constituem, assim, novas formas geográficas, que criam fronteiras entre Nós e os Outros e entre a “Nossa Terra e a Terra dos Outros/Bárbaros” (Al-Mahfedi, 2011: 3). Said chega mesmo a falar de uma história imaginativa: “Porque não restam dúvidas de que a geografia e a história imaginativas ajudam a mente a intensificar o próprio sentido de si mesma mediante a dramatização da distância e da diferença entre o que está próximo dela e do que se encontra longe” (Said, 2021: 93).

Derek Gregory, na obra *Geographic Imagination* vai ainda um pouco mais longe, pois incentiva a uma ideia de extensão das *geografias imaginativas*, no sentido em que estas são também “performativas”, pois tentam produzir os efeitos que imaginamos. Incluem não só o espaço físico, mas também, o espaço como “construção”, criando sempre algo de novo. A produção de diferença associada à produção de distância continua a autorizar o desencadeamento de processos de violência contra o “outro”, seja este um outro ser humano, ou um outro lugar (Gregory, 1994, citado por Al-Mahfedi, 2011: 5 -6).

As *geografias imaginativas* nunca resultam apenas de processos cognitivos, mas também de imagens, associadas a fantasias e desejos e carregam consigo valores de comparação, que são também simbólicos, e que produzem não apenas alteridade, mas também a identidade do sujeito observado. Estas sedimentam-se com o tempo, e ao mesmo tempo moldam e legitimam as atitudes, políticas e práticas de um determinado coletivo, pelo que neste sentido constituem

ainda uma espiral de sentido duplo (centrípeto e centrífuga) de um padrão de alteridade (Al-Mahfedi, 2011: 9).

Aproveitando a ideia de espiral de sentido duplo, sugerida por Al-Mahfedi, podemos refletir sobre as direções que as *geografias imaginativas* podem seguir, enquanto perpetuadoras de um modelo de alteridade, dando destaque às diferenças, às fronteiras existentes, alimentando a desumanização do “outro”, ou seja, reforçando a espiral em sentido centrípeto, fechando-se mais sobre si mesma; ou se, por outro lado, podemos imaginar novas geografias, que se poderão designar de imaginárias, seguindo um sentido inverso, uma força que se abre para o exterior da espiral, de forma a gradualmente nos libertarmos de amarras epistemológicas de pensar as geografias e, de forma criativa, dar lugar a formas mais amplas de pensamento, de criação de conhecimento e reconhecimento da importância de integrar imagens, representações e valores que não têm sido considerados.

Há que reconhecer que a principal preocupação de Said era a de produzir uma *geografia humana*, em oposição à geografia moderna, expansionista ou imperialista, dando assim destaque à perspectiva humana (Al-Mahfedi, 2011: 13 e 14).

O que observamos até agora permite-nos concluir o seguinte: enquanto a *geografia imaginativa* olha os territórios, através de imagens, símbolos e práticas, colocando em proeminência as distâncias, as diferenças e as fronteiras, promovendo um discurso hegemónico de exclusão, a paisagem patrimonial, pelo contrário, constitui um modelo de construção social e patrimonial, que apresenta uma interconectividade de sítios, que recebem fluxos culturais globais, ou seja, conjuntos de valores, objetos, práticas e cosmovisões fora da esfera do mundo ocidental e que, por isso, representa um conceito que se aproxima muito mais da pretendida *geografia humana*, de Said, em oposição à *geografia imaginativa* Imperial.

8. História, memória e poder

Em relação ao tema em apreço, Laurentino Gomes declara que “Nada foi tão volumoso, organizado, sistemático e prolongado quanto o tráfico negreiro para o Novo Mundo: durou três séculos e meio, promoveu a emigração forçada de milhões de seres humanos, envolveu dois oceanos (Atlântico e Índico), quatro continentes (Europa, África, América e Ásia) [...]”. (Gomes, 2021: 23-24). De acordo com a informação recolhida no *Slave Voyages*,¹⁰ foram mais de 5.8 milhões as pessoas escravizadas comercializadas no comércio triangular, por Portugal e Brasil. Entre 1501 e 1867 foram transportados mais de 12.5 milhões de pessoas entre os continentes Africano e Americano.

No entanto, concordamos com Biedermann e Tavares que advogam que “é de olhos bem abertos que devemos entregar-nos ao estudo do lado mais violento da expansão” (Biedermann & Tavares, 2022: 308). Os autores sublinham a necessidade de se estudar mais aprofundadamente este processo, e denunciam algumas das abordagens ainda utilizadas por parte de vários historiadores. Alguns transmitem a ideia de que os escravos até seriam bem tratados pelos seus proprietários portugueses, narrativa que nega a violência de qualquer forma de escravidão. Outros investigadores sustentam que Portugal foi pioneiro na abolição da escravatura, quando sabemos que se trata de uma ideia falaciosa, pois o decreto-lei de 1761 apenas vetava a entrada de mais pessoas escravizadas em Portugal Continental e sabemos como

¹⁰ <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

o tráfico transatlântico português aumentou exponencialmente nas décadas seguintes.¹¹ Há ainda os que remetem para o facto da escravatura já existir noutras zonas do mundo, inclusivamente em África, antes da chegada dos portugueses, como se isso retirasse alguma substância à problemática (Biedermann & Tavares, 2022: 307).

Sabemos que esta afasia está intimamente ligada à apropriação que Portugal fez do lusotropicalismo (Santos, 2020: 46- 47), quer nas narrativas oficiais, quer na academia, quer na própria historiografia.¹² Vemos que esta afasia persiste, quando se continua a legitimar a existência de uma só memória, a que está associada a encontro de culturas e à multiculturalidade que proporcionou a Lusofonia e onde se esquece todo o processo de violência a que este passado está arraigado.

Lisboa foi a primeira capital colonial europeia, com uma significativa população de africanos, já no século XVI. No entanto, essa memória passa praticamente despercebida, quando olhamos para a paisagem arquitetónica e monumental. Apesar da existência de alguns percursos e roteiros turísticos mais recentes, que nos orientam o olhar para a toponímia da cidade, ou ainda para as zonas onde essa presença foi mais marcante, como o antigo bairro do Mocambo (na atual Madragoa), vemos que não existe um monumento ou um memorial que retrate e homenageie a presença africana na capital.

Como nos diz Isabel Castro Henriques (2022: 9) “A africanidade da cidade “está dispersa numa pluralidade de memórias e de vestígios imateriais e invisíveis nos dias que vivemos”.

Ainda está por erguer o Memorial à pessoa escravizada, em Lisboa, proposto pela Associação Djass – Associação de Afrodescendentes, projeto vencedor do OPP – Orçamento de Projeto Participativo-, de 2017.¹³ As controvérsias mantêm-se em torno da sua construção e embora inicialmente previsto para o Campo da Cebolas, parece que o Memorial não tem ainda um lugar atribuído para a sua colocação. No entanto, assistimos no espaço público português a uma enorme proliferação de monumentos aos “heróis dos descobrimentos”.¹⁴

Já Walter Benjamim (2017: 162) nos falava da necessidade de “escovar a história a contrapelo”, ou seja, de se integrar também a perspetiva dos vencidos para reconstruir o seu próprio passado. O materialista histórico também nos alertava para o facto de ser “mais difícil honrar a memória dos anónimos do que a dos famosos”.

Parece-nos fazer sentido citar Miguel Cardina (2023: 9-10), que referindo-se a Michel- Rolph Trouillot nos diz que este “sugere que a tarefa da escrita da história é a de seguir no encaço do poder, examinando a forma como ele opera na produção da narrativa histórica”.

A proposta de materialização desta história pode ser viabilizada através de um museu, pois os “Museus são lugares de memória e ao mesmo tempo também são lugares de esquecimento,

¹¹ Para mais informação consulte: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

¹² Os manuais escolares continuam a tratar a escravatura como algo de inevitável, um mal menor, associado ao processo dos “descobrimentos”. Apesar de se mostrar a sua desumanidade, a forma de abordagem não permite uma análise mais aprofundada na forma como as ideologias raciais se articularam com os processos económicos, políticos e culturais, e o legado desse processo nos dias de hoje (Araújo, 2013, p.15).

¹³ <https://www.memorialescravatura.com/>

¹⁴ Podemos dar como exemplos, o Padrão dos descobrimentos, em Belém; a estátuas do Infante D. Henrique erguidas no Porto, em Viseu, Lagos e Sagres; de Vasco da Gama, em Sines, Évora e Ilha Terceira; de Pedro Álvares Cabral, em Belmonte, Lisboa e Santarém; ou ainda a estátua do navegador iacobrigense Gil Eanes, em Lagos.

silêncio e poder [...]. É lugar de fala, lugar de história e de identidade, lugar do presente e do futuro. Museu é lugar para ser ocupado pelos mais variados grupos sociais” (Cordeiro, 2022: 7).

A partir desta ideia de lugar de fala, importa indicar uma obra pioneira nos estudos pós-coloniais: *Pode a subalterna tomar a palavra?*, da indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2021) é uma crítica radical ao paradigma ocidental, pelo facto de se assumir como estando sempre do lugar do *Sujeito*, que tem o poder de falar sobre o objeto, neste caso o subalternizado. Não se trata de ter ou não liberdade de expressão, mas de ser um *Sujeito* de fala.

Sendo os museus lugares de memória e lugares de fala, importa fazer a pergunta: quem fala nos museus? Que memórias, histórias e identidades estão ali representadas? Que histórias e memórias estão por contar? O que foi esquecido?

9. Pós-memória

Neste contexto, parece-nos pertinente observar a condição de pós-memória, um conceito proposto por Marianne Hirsch. Nas suas palavras “Existe pós-memória quando certas memórias foram transmitidas de modo tão profundo que parecem constituir memórias em si mesmas” (Hirsch, 2008, citada por A. P. Ribeiro, 2021: 206). Recentemente este conceito tem sido utilizado por vários investigadores no âmbito dos estudos pós-coloniais: “Não será exagero dizer que a radicação do conceito de pós – memória constitui uma das inflexões mais relevantes dos estudos da memória desde o dobrar do milénio” (A.S. Ribeiro, 2021: 19).

Para António Sousa Ribeiro (2019: 2):

A constituição de pós-memória é um processo complexo, que pode assumir formas muito diversas e que, não é de mais repeti-lo, não se baseia nunca numa simples transmissão, antes implica um posicionamento ativo, uma decisão, por parte de membros de uma segunda geração. Esta decisão não se joga nunca no plano estritamente racional, pressupõe, inevitavelmente, um grau elevado de envolvimento emocional”.

Por seu lado, António Pinto Ribeiro (2021: 9) declara:

Hoje, os filhos e netos das gerações que viveram os processos de descolonização, como muitos cidadãos não ocidentais que vivem no Ocidente, levantam “outras” questões a partir de novos locais de enunciação. Interrogam as histórias contadas e não contadas da Europa, interrogam os objetos herdados de vidas e territórios anteriores, a hegemonia da modernidade europeia e as narrativas de coleções de museus que evocam os fantasmas do empreendimento colonial.

Parece-nos que o conceito de pós memória é para a memória associada à escravatura, muito pertinente, pois mesmo não sendo uma memória vivida, experienciada na pele, é uma memória legada, transmitida, entre gerações ou entre grupos sociais de proximidade, de forma muito profunda, memória que pressupõe um posicionamento ativo sobre a matéria. Estas memórias são também caracterizadas por uma certa hibridez, pois integram também um lado emocional, por vezes traumático.

10. Turismo e o “consumo” de património

Nesta análise gostaríamos de acrescentar uma nota breve sobre o fenómeno do turismo e dos turistas, que procuram nas suas viagens as histórias reais e autênticas dos destinos, ainda que

nem sempre visíveis na paisagem patrimonial visitada. A envolvente simbólica contribui para o estímulo de memórias que podem ser positivas ou negativas consoante a narrativa construída sobre o local, e as suas experiências anteriores.

Por sua vez, temos vários públicos do património que o “consomem” de formas diferentes. Se considerarmos o turismo e as comunidades locais, verificamos que se assiste a uma colonização dos estilos de vida, enquanto o comércio alcança espaços que antes estavam fora de seu alcance e se privatizam espaços públicos. Os estudos sobre representações culturais e turismo reconhecem que a experiência que o lugar proporciona é determinada por significados sociais e culturais (dos visitantes e dos visitados) (Qian *et al.*, 2012).

Não pretendemos “turistificar” ou comercializar propostas de um *dark tourism* (Turismo Negro) que pelo seu lado negativo atraem pessoas motivadas para viajar e visitar lugares onde ocorreram eventos catastróficos, massacres, ou acontecimentos trágicos, mas sim perspetivar uma experiência educativa e de aprendizagem num turismo contemporâneo, que procura sobretudo conhecimento e desenvolvimento pessoal.

No entanto, o *dark tourism* pode também auxiliar na criação de uma visão multidisciplinar mais ampla que escrutina um leque muito diversificado de preocupações sociais, culturais, políticas, históricas, geográficas e de gestão (Duncan, 2017: 293). Além disso, não podemos também deixar de considerar as preferências e expectativas dos turistas, nomeadamente os que procuram saber mais sobre as suas próprias raízes ancestrais, aquilo que se designa por *nostalgic tourism* (Russell, 2008: 104 -105).

11. Reflexões finais e contributos para a investigação

Ao longo deste artigo e através de várias abordagens tentou-se uma pedagogia epistemológica combativa, considerando algumas aproximações possíveis ao património associado à escravatura existente em Lagos, através dos conceitos de paisagem patrimonial, de *geografia imaginativa* e também de pós-memória.

O caminho até aqui trilhado permite-nos concluir que nos encontramos numa geografia que reforça a pertinência da existência de um novo modelo de criação patrimonial, através deste legado associado à escravatura. Referimo-nos a uma nova paisagem patrimonial, que se encontra em permanente transformação, que integra o território de Lagos e que se encontra em fase de transformação, com a descoberta de achados patrimoniais únicos, extremamente importantes para a História da Humanidade: o conjunto significativo de esqueletos de pessoas escravizadas encontrados no “poço dos negros” de Lagos.

Considerando que as *geografias imaginativas* são também performativas, vemos como no caso particular do “cemitério” de escravizados, o ato de se manter este lugar silenciado, através da colocação de uma mera sinalética relativa às ruínas da Gafaria (e que coloca em segundo plano a informação das evidências dos africanos escravizados), continua a perpetuar uma distância, uma diferença e uma desconsideração não só pelos vestígios arqueológicos, como pelos sujeitos dessa pós-memória.

Fica a sensação de que no século XXI assistimos a um novo descarte destes africanos, não pela sua transferência para Coimbra (para investigação laboratorial), mas pela ausência de uma forma condigna de lhes dar memória.

Em Lagos, vemos como tem sido mantida uma *geografia imaginativa*, pois a cidade continua a manter a retórica dos factos e feitos da história da expansão marítima portuguesa, mas sem

uma leitura verdadeiramente ampla e crítica, sobre este período da história, que os achados recentes, ou não tão recentes, dão especial relevância.

Este Lugar deve ser um lugar de reflexão, de questionamento, de aprendizagem, que merece ser reavaliado e recontextualizado considerando os “fluxos culturais” (*scapes*) (Appadurai, citado por Gillot et al, 2013: 6) provenientes de outras zonas do Mundo. As representações, imagens, cosmovisões, memórias e pós-memórias, associadas a estes novos achados patrimoniais devem ser integradas, negociadas e discutidas, favorecendo o diálogo intercultural, a pluralização e uma partilha de poder nas decisões a tomar, relativamente ao que é património, ao que deve ser patrimonializado e de que forma.

Referimo-nos a uma recontextualização integrada também num novo paradigma, que desconstrua também os mitos de criação de conhecimento: o mito da universalidade, o mito da objetividade e o mito da neutralidade (Kilomba, 2019: 49-56), procurando formas alternativas de observar este passado, para além das fronteiras da epistemologia cartesiana: objetividade /subjetividade, racional /emocional, natureza/cultura, etc.

Vemos, ainda, como o conceito de pós-memória nos poderá auxiliar a desconstruir as *geografias imaginativas*, fechadas em “espirais centrípetas” sobre si próprias, que continuam a legitimar e a fortalecer distâncias e fronteiras e a produzir um conhecimento não só colonialista e imperialista, como também fragmentado. A integração da pós-memória permite criar *geografias* mais humanas e que nos libertam do mito da objetividade da criação de conhecimento. A pós-memória poderá, assim, auxiliar a combater as narrativas historiográficas que ao longo de demasiado tempo sempre têm negligenciado estes testemunhos subjetivos.

A criação do núcleo museológico da escravatura em Lagos, constituiu, apesar das apreciações atrás apresentadas, um passo extremamente relevante para uma abertura neste processo geográfico e de expansão da paisagem patrimonial, pois dá luz a este período da história, apesar de não o ter conseguido realizar de uma forma mais ampla e pluriparticipada. Aquilo que sobressai da narrativa museográfica, como em tantas outras, é que continua prisioneira de uma epistemologia que ainda não se descolonizou, que não dá Lugar de Fala aos Sujeitos da própria História.

Além disso, deve ser ainda considerada a pertinência patrimonial deste Lugar considerando o fenómeno do turismo, que procura a cultura, o património visível e edificado dos territórios que visita, procurando as suas memórias, a autenticidade e o “espírito do lugar”. Importa aqui salientar que o *Festival dos Descobrimentos*, evento que conta já com a realização de onze edições, na cidade de Lagos, apesar da sua atratividade do ponto de vista turístico e do forte envolvimento da comunidade, continua a perpetuar uma performance acrítica ao processo dos descobrimentos.

Concordamos com Pedro Pereira Leite (2014) quando afirma que:

Lagos, ao ter adotado como estratégia de posicionamento a valorização dos “descobrimentos” parece não se ter ainda apercebido das vantagens que estes achados aportam para a demonstração da sua singularidade. Uma cidade voltada para um mundo global de relação assumindo seu passado nas suas múltiplas dimensões.

Não podemos considerar a história da escravatura apenas como um facto histórico que diz respeito ao passado, ou a quem viveu naquele tempo, por várias razões. Em primeiro lugar, porque os afrodescendentes têm direito a essa memória, e a serem considerados e se sentirem

representados na construção dessa história. Além disso, devem ser reconhecidos os efeitos nefastos desse processo e da sua continuidade e prevalência nos dias de hoje, nomeadamente nas mais variadas formas de discriminação racial, de exploração do outro, e ainda da escravatura moderna que atinge hoje cerca de 50 milhões de pessoas, de acordo com a Organização Mundial do Trabalho.¹⁵

Recentemente, em abril de 2023, o Comité da ONU deu a conhecer o resultado de uma avaliação sobre as políticas para a eliminação da discriminação racial e concluiu que Portugal se deveria retratar, através de um pedido de desculpas, pelo seu papel no tráfico negreiro e pelas práticas de escravidão nas suas ex-colónias. O Comité relembra que os legados desse período associado ao colonialismo e ao comércio transatlântico de pessoas escravizadas, persistem ainda nos dias de hoje, através de várias formas de racismo, intolerância e discriminação, alertando para a necessidade de Portugal “fornecer reparações por atrocidades graves e massivas cometidas e garantias de não-repetição”.¹⁶

Libertemo-nos das amarras epistemológicas de pensar as Geografias e integremos modelos alternativos de nos relacionarmos com o passado e de produção de símbolos culturais, de que os memoriais fazem parte. Torna-se por demais evidente a urgência da valorização deste legado, através da criação de um Memorial à pessoa escravizada, integrando as subjetividades dos afrodescendentes, sujeitos de pós- memória, atribuindo-lhes um *Lugar de Fala* e um *Lugar de Memória*.

Não será despidendo considerar o potencial que Lagos detém relativamente aos novos consumos turísticos que poderão surgir associados a este lugar de memória, nomeadamente no que diz respeito aos visitantes que se pretendem relacionar com as suas raízes culturais ancestrais; e também como este património pode ter um significado maior na perspetiva educativa relativamente ao combate ao racismo, aos estereótipos e a vários tipos de discriminação.

Iniciámos este artigo com uma breve apresentação sobre o Promontório de Sagres enquanto Marca do Património Europeu. Convém, ainda, lembrar que este é um projeto europeu de particular pertinência nos dias de hoje, pelos valores em que se sustenta, mas também pela amplitude e diversidade patrimonial que detém e que integra vários lugares de memória associados a um dos períodos mais terríveis da história da humanidade.

Sagres e Lagos compõem um mesmo território, uma mesma paisagem cultural - aqui posta em evidência pela Marca do Património Europeu - associada à génese do período expansionista europeu.

Aqui, gostaríamos de convocar as palavras de Paulo Pereira (2005: 142):

Talvez a mais importante finisterra portuguesa, o cabo de Sagres constitui um dos altos lugares de uma possível mitologia portuguesa. A carga histórica que encerra – e a mitologia ou mitografia que se lhe associou – foi, no entanto, e em grande medida, uma construção dos séculos XIX e XX.

Sabemos que Sagres representa, desde há muito, um lugar mitificado, que se tornou um símbolo das primeiras viagens de navegação patrocinadas pelo Infante D. Henrique e um dos

¹⁵ https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_855426/lang-pt/index.htm

¹⁶ <https://news.un.org/pt/story/2023/04/1813527>

altos lugares de memória, associados a este período histórico, central na identidade portuguesa e no imaginário coletivo nacional.

Porque a construção de narrativas patrimoniais relacionadas com o processo de expansão marítima portuguesa deve integrar todo o conhecimento que até ao momento se detém, o novo Centro Expositivo da Fortaleza de Sagres, inaugurado a 2 de março de 2023, apresenta a escravatura e o tráfico negreiro como parte integrante desse processo, ao integrar a temática “As rotas da escravatura”. A exposição dá, assim, destaque à escala do tráfico negreiro transatlântico iniciado pelos portugueses, referindo-se ainda a Lagos, como lugar onde ocorreu esse primeiro grande desembarque e onde se encontraram recentemente os achados arqueológicos do “poço dos negros”.

Nas palavras de um dos comissários científicos da exposição, o Centro Expositivo da Fortaleza de Sagres representa uma espécie de “museu do território, sem pretender glorificar a expansão portuguesa”.¹⁷

Referências

- [Al-Mahfedi, M. H. K.](#) (2011). Edwards Said's "Imaginative Geography" and Geopolitical Mapping: Knowledge/power constellation and landscaping Palestine. *The Criterion: An International Journal in English*, 2(5).
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press.
- [Araújo M., Maeso S.R. & Alves, A.R.](#) (2013). ‘Raça’ e África em Portugal: Um estudo sobre manuais escolares de história. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra.
- Benjamim, W. (2017). *O anjo da história*, ed. e trad. de João Barrento, Assírio & Alvim (obra original publicada em 1940).
- Biedermann, Z & Tavares, R. (2022). Violência, deslocação, escravidão. In Tavares, R. *Portugal, uma retrospectiva, 1603 – 1385*. (1ª ed, pp. 307-313). Público e Tinta da china.
- [Caldeira, A.M.](#) (2016). Da costa ocidental africana a Lisboa. Comércio de escravos nos séculos XV e XVI. *Rossio: Revista de Estudos de Lisboa*, 7, 63-79.
- Cardina, M. (2023). *O atrito da memória. Colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Edições Tinta da China, Lda.
- Choay, F. (2020). *Alegoria do património*. Arte e Comunicação. Edições 70.
- [Coelho, C.R.S.](#) (2012). Uma identidade perdida no mar e reencontrada nos ossos: Avaliação das afinidades populacionais de uma amostra de escravos dos séculos XV-XVI. [Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologia Humanas]. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- [Cordeiro, T. O. A.](#) (2022). Memória, património, museologia: A importância das dimensões sociais. *Revista Espacialidades*, 18 (2). DOI:10.21680/1984-817X.2022v18n2ID28227
- Davallon, J. (2006). *Le don du patrimoine. Une approche communicationnelle de la patrimonialisation*. Édition Lavoisier.
- [Duncan L.](#) (2017). Progress in dark tourism and thana tourism research: An uneasy relationship with heritage tourism. *Tourism Management*, 61, 275-301. DOI : 10.1016/j.tourman.2017.01.011
- Garcia, J. M. (2004). *Sagres*. 2ª edição. Edição RCL – Imagem e Comunicação.
- Gianolla, C. (2022). Memorial de homenagem às pessoas escravizadas. In A. Guardião, M. B. Jerónimo & P. Peixoto, *Ecos coloniais. Histórias patrimónios e memórias* (pp. 87-93). Tinta da China.
- [Gillot, L., Maffi, I. & Trémon, A.C.](#) (2013). ‘Heritage-scape’ or ‘heritage-scapes’? Critical considerations on a concept. *Ethnologies*, 35(2), 3–29. DOI: 10.7202/1026546ar
- [Giovine, M.A. Di](#) (2018). O Património - Paisagem: Origens, intervenções teóricas e recepção crítica para a compreensão do programa do Património Mundial da UNESCO, *Via [Enlínia]*, 13. DOI: 10.4000/viatourism.2073
- Gomes, L. (2021). *Escravidão*. Porto Editora.

¹⁷ De acordo com informação prestada por Rui Parreira, um dos comissários científicos da exposição, no Workshop “Promontório de Sagres - Património histórico do extremo barlavento algarvio”, realizado em fevereiro de 2023.

- Gonçalves, M.A., Parreira, R., Magalhães & N., Rafael, L. (2019). Sagres Fortress in the Algarve: Between the myth, the cultural tourism destination and the European Heritage label. In C. Henriques, M. C. Moreira & P.A.B. César (Eds.) *Tourism and the history World Heritage – Case studies of the Ibero-American space* (pp. 144-165). Interdisciplinary Centre of Social Sciences, University of Minho.
- Gregory, D. (1994). *Geographical imagination*. Blackwell.
- Harrison, R. (2013). *Heritage: Critical approaches*. Routledge.
- Henriques, I.C. (2023, janeiro, 9). O memorial da escravatura em Lagos [Apresentação em Simpósio] Acertando contas com o Racismo. A memória social do tráfico de escravos. Museu Nacional de História Natural. Lisboa.
- Henriques, I.C. (2022). *Roteiro histórico de uma Lisboa Africana. Séculos XV – XXI*. 2ª edição. Edições Colibri.
- Hirsch, M. (2008). The Generation of postmemory. *Poetics Today*. 29 (1): 103-128. Porter Institute for Poetics and Semiotics. DOI 10.1215/03335372-2007-019
- Jerónimo, M.B. & Rossa, W. (2021). O bem e o mal do(s) património(s). In M.B. Jerónimo & W. Rossa (Coord.), *Patrimónios Contestados*. (pp. 5-9). Edição do Público.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantaço. Episódios de racismo quotidiano*. Editora Orfeu.
- Leite, P.P. (2014). O caso do cemitério dos escravos. *Global Heritages*. Disponível em www.hipoteses.org
- Loureiro, R.M. (2008). *Lagos e os Descobrimentos até 1460*. Câmara Municipal de Lagos.
- Manteigas, R. (2015). *Lagos na Rota da Escravatura*. Câmara Municipal de Lagos.
- Morán, E. (2017). Crónica literária e registo arqueológico: Usos sociais da memória dos escravos negros em Lagos In Sines, *História e Património, o Porto e o Mar Actas* (pp. 209-219). Câmara Municipal de Sines.
- Neves, M.J; Almeida, M. & Ferreira, M.T. (2009). Separados na vida e na morte: Retrato do tratamento mortuário dado aos escravos africanos na cidade moderna de Lagos. *Revista Xelb*, 10 – Atas do 9º Encontro de Arqueologia do Algarve: 547 - 560.
- Parreira, R. (2023, fevereiro, 17). *Promontório de Sagres – Património histórico do extremo barlavento algarvio [Workshop]*. Fortaleza de Sagres. Sagres.
- Pereira, P. (2005). *Enigmas e lugares mágicos de Portugal. Cabos do Mundo e Finisterras*. Vol V. Círculo de Leitores.
- Qian, J.; Wei, L. & Zhu, H. (2012). Consuming the tourist gaze: Imaginative geographies and the reproduction of sexuality in Lugu lake. *Geografiska Annaler: Series B, Humana Geography*, 94 (2), 107-124. DOI: 10.1111/j.1468-0467.2012.00399.x
- Ribeiro, A.P. (2021). *Novo Mundo. Arte contemporânea no tempo da pós-memória*. Edições Afrontamento.
- Ribeiro, A.S. (2019). *Pós memória e ressentimento. Memoirs. Filhos de império e pós memória europeias*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, A.S (2021). *Pós- Memória: Passado e futuro de um conceito. Europa Oxalá. Livro de Ensaios*. Edições Afrontamento
- Roxo, M.R.P. (2021). *Promontório de Sagres - Marca do Património Europeu. Narrativas patrimoniais*. [Dissertação de Mestrado em História e Patrimónios]. Faro. Universidade do Algarve.
- Russell, D.W. (2008). Nostalgic Tourism. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 25(2), 103-116. DOI: 10.1080/10548400802402271
- Said, E. W. (2021). *Orientalismo: Representações ocidentais do oriente*. Edições 70 (obra original publicada em 1978).
- Santos, B.S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In *Novos Estudos – CEBRAP* n. 79.
- Santos, P.M. (2020). Bringing Slavery into the light in postcolonial Portugal. The rhetoric and poetics of a slavery exhibition. *Museum Worlds: Advances in Research*, 8(1), 46–67. DOI: 10.3167/armw.2020.080105
- Singh R.P.B. (2010). *Heritagescapes and cultural landscapes*. Shubhi Publications.
- Spivak, G.C. (2021). *Pode a subalterna tomar a palavra?* Orfeu Negro.
- Zurara, G.E. (1841). *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*. J. P. Aillaud, Officina Typographica de Fain e Thunot.

Agradecimentos

Um agradecimento especial ao Professor Doutor António Paulo Simões Dias de Oliveira pela análise a este texto e pelos valiosos contributos.

MARIA RAQUEL PATRÍCIO ROXO é técnica superior da Fortaleza de Sagres, monumento que desde 1 de janeiro de 2024 passou a estar afeto à Museus e Monumentos de Portugal. Doutoranda em “Estudos de Património” na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Mestre em “História e Patrimónios” (2021), pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, com a Dissertação “Promontório de Sagres – Marca do Património Europeu. Narrativas patrimoniais”. Licenciada em Sociologia pela Universidade Lusófona (2001). Trabalha na Fortaleza de Sagres desde 1997. É técnica superior da Fortaleza de Sagres. Foi coordenadora do DiVaM – Dinamização e Valorização dos Monumentos – programa cultural da Direção Regional de Cultura do Algarve, de 2014 a 2023. Atualmente desempenha funções na área da programação cultural. Entre as várias áreas de interesse destacam-se os estudos pós-coloniais e os estudos crítico de património. Morada institucional: Fortaleza de Sagres, Rua da Fortaleza, 8650-360 Sagres, Portugal. mroxo@culturalg.gov.pt

ALEXANDRA RODRIGUES GONÇALVES é Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve. Investigadora Integrada do CinTurs - Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being. Doutorada em Turismo pela Universidade de Évora (2013), Mestre em Gestão Cultural pela Universidade do Algarve e Licenciada em Marketing (1997). Foi Diretora Regional de Cultura do Algarve (2013-2018) e vereadora da Câmara Municipal de Faro (2009 a 2013). Possui investigação publicada nas áreas da experiência turística e cultural, no turismo cultural e criativo, na gestão do património cultural e dos museus, na avaliação de eventos, entre outros. É coordenadora de projetos na área do Turismo, da Cultura e da Sustentabilidade Desde 30 de outubro de 2019 é a Diretora da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve. Morada institucional: Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo-Universidade do Algarve, Estrada da Penha 139, 8005-246 Faro, Portugal. marodrig@ualg.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3796-1801>

Submetido em 03 de setembro 2023

Aceite em 19 de fevereiro 2024